

GUERRA DO PARAGUAI -140 ANOS

A MARCHA PARA O COMBATE

De 27 Abr 1865 a 6 Abr 1866

Ensaio sobre a organização e o deslocamento do Exército Brasileiro, ao comando do General Osório, desde Montevideu até Tala Corá, nas proximidades de Corrientes, ao ensejo da passagem dos 140 anos desse fato histórico.

Sérgio Roberto Dentino Morgado (*)

Há cento e quarenta anos, portanto, em 06 de dezembro de 1865, encontrava-se o Exército Imperial em curso de operações, no corte do Arroio São Lourenço, onde estivera acampado por duas jornadas, preparando-se para retomar o movimento na direção de Corrientes. É sobre essa quase sesquicentenária epopéia, e não uso de qualificativo impróprio, como irão avaliar, que presto minhas homenagens à memória do nosso Exército, lembrando fatos que sirvam de reflexão e estímulo, principalmente às novas gerações de militares, sobre os valores que sempre alimentam a nossa profissão, no cumprimento do seu dever constitucional de defesa da integridade e do patrimônio nacionais.

Introdução

O ano de 1865 é farto de fatos históricos referentes à Guerra, a começar pelas invasões paraguaias, seja no território de Mato Grosso, com Barrios na ação sobre Corumbá, através da calha do Rio Paraguai, seja com

Resquim, cujas colunas se adentraram até Coxim, a partir de Bela Vista e Ponta Porá, e em cujas proximidades registrou-se o episódio heróico do Tenente Antônio João, no Comando da Colônia Militar de Dourados. De igual importância foi a invasão do território argentino pelos paraguaios, em Corrientes, a 13 de abril, que ocasionou a assinatura do Tratado da Tríplice Aliança, em 1º de maio.

Segue-se, cronologicamente, a invasão do território brasileiro, na Região de São Borja, na calha do Rio Uruguai, a 10 de junho e o ataque, no dia seguinte, 11 de junho, à Esquadra Brasileira fundeada no Rio Paraná, próximo de Corrientes, junto à foz do Arroio Riachuelo, que acabou dando nome a essa passagem épica – transformada em uma magistral vitória estratégica, que destruiu o sonho de Solano Lopez de construir o seu Paraguai Maior. A invasão de São Borja, no seu prosseguimento, levou à captura da vila de Uruguaiana, em 5 de agosto, que foi posteriormente cercada e recuperada pelas tropas aliadas, na presença do nosso Imperador e dos Presidentes da Argentina e do

(*) O autor é General-de-Brigada e Sócio Titular do IGHMB.

Uruguai, Generais Mitre e Flores, com a rendição dos paraguaios, em 18 de setembro daquele ano.

A escolha dessa marcha histórica pela mesopotâmia argentina justifica-se pelo que representa em seus exemplos de perseverança, coragem, estoicismo, capacidade de improvisação, capacidade de sobrevivência e vontade de vencer a adversidade; traços marcantes do soldado brasileiro registrados ao longo de nossa história.

Muito pouco se conhece e muito pouco se tem estudado sobre esse período tão prenhe de ensinamentos. Alguns autores fazem um breve registro dessa verdadeira epopéia que antecede o início dos combates em território paraguaio. O General Paulo de Queirós Duarte, em sua alentada obra composta de 12 volumes sobre os Voluntários da Pátria¹, sintetiza-a de forma precisa: “A marcha do Arroio Juqueri-Grande, ao norte de Concórdia, até a Lagoa Brava, *uma região a leste de Corrientes*, foi executada em 132 jornadas, de 11 de agosto a 20 de dezembro, marchando por uma estrada que não era mais que um caminho de diligências, em *terreno* arenoso, sujo e repleto de brejos, banhados e vários cursos d’água a serem transpostos, tudo isso sob condições atmosféricas sáfaras (impróprias) – em meio a um calor abrasador e, vez por outra, bafejada a tropa por precipitações atmosféricas que deixavam o fardamento e o calçado em péssimas condições.”

Os netos de Osório, em sua

biografia², também registram essa marcha de 481 km, do corte do rio Uruguai ao corte do rio Paraná, e colhendo opiniões de outros escritores, afirmam não haver exemplo semelhante em outra Campanha anterior, na América do Sul, pelo tamanho da impedimenta e pelo número de mortes. Essas perdas foram consequência das condições sáfaras a que se referiu o Gen. Paulo de Queirós Duarte. Inverno rigoroso, chuvas torrenciais e verão causticante, tudo isso marchando em terreno inóspito.

Os antecedentes

Começemos por tratar da formação da Força Expedicionária Imperial, que irá desagrar as ofensas cometidas por Solano Lopez contra a honra e o patrimônio nacional. Osório, a quem coube o seu mando e organização inicial, assumiu seus encargos, ainda Brigadeiro, em 1º de março de 1865, com um efetivo de 9.500 homens, sendo 5.200 infantes (10 Batalhões de 1ª linha, os Corpos de Polícia das Províncias da Bahia e do Rio de Janeiro e o Corpo de Guarnição da Província do Espírito Santo), aos quais se somavam os 2.100 cavalarianos rio-grandenses (4 Regimentos de 1ª Linha e 7 Corpos Provisórios da Guarda Nacional). Completavam esse efetivo 970 artilheiros e engenheiros (2 baterias do 2º Regimento de Artilharia a cavalo, o 3º Batalhão de Artilharia a pé e um contingente do Batalhão de Engenharia).

Registre-se o fato de que o

primeiro nome cogitado para assumir o comando das forças imperiais foi o de Caxias, que ao ser sondado respondeu que aceitaria desde que também assumisse a Presidência da Província do Rio Grande do Sul, com o que não concordou o Gabinete liberal que conduzia o governo naquela ocasião. Convidado oficialmente para a função, em 14 de fevereiro, recusou o convite, razão porque Osório foi nomeado interinamente, em 18 de fevereiro, para substituir o Marechal João Propício, que, doente, se retirava para sua província natal.

O episódio de sua nomeação tem suscitado lembranças dos registros das disputas políticas que serpenteavam pelo chão do Rio Grande nos rescaldos da questão farroupilha. Os livros contam que ao eclodir a guerra civil uruguaia, o nosso Exército no sul não estava em condições de entrar em combate. Quando o Conselheiro Saraiva apresentou seu ultimato ao Governo uruguaio, em maio de 1864, havia na província gaúcha apenas 5 Regimentos de Linha: o 1º de Artilharia, com 279 praças, o 2º de Cavalaria Ligeira, com 258; o 3º de Cavalaria Ligeira, com 285; o 4º e o 5º, este com 223 e aquele com 274. Os Batalhões de Infantaria eram 3: o 3º, com 330 praças, o 6º, com 437, e o 13º, com 447. Excluídos os doentes, eram 3200 homens de linha, mal armados, mal fardados e disseminados por toda a província. Faltavam cavalos e o inverno se aproximava.

Osório, na época, tinha sido dali afastado por perseguição política e

encontrava-se na Corte, aguardando destino, o que levou o então Marquês de Caxias a intervir junto ao Imperador. Disse ele: “Senhor, o Brigadeiro Osório é um oficial experimentado de cavalaria, é querido pelas tropas, é capaz dirigi-las, de presidir a sua instrução. Não consinta na perseguição que lhe fazem; não deixe que o mandem para o Norte, quando tanta falta faz no Sul, se tivermos guerra; não admita que o desgostem, que o forcem a reformar-se, a retirar-se à vida privada, com prejuízo do Exército e da Pátria.”

Osório foi integrado ao Exército do Marechal João Propício Mena Barreto e, no Comando da 1ª Divisão de Cavalaria, em 1º de dezembro invadiu o Uruguai, na direção de Paysandú.

A história da conquista desse importante porto no rio da Prata suscitou reações da oficialidade e dos críticos militares, por ter o Marechal deixado Osório à margem da luta, em reserva, com a cavalaria imperial, e ato contínuo ter-lhe feito referências de pouca consideração na sua Ordem do Dia referente à batalha. Osório era, então, o segundo em Comando, o seu lugar-tenente.

A grandeza do Centauro dos Pampas ficou registrada na resposta que deu a um camarada que criticava João Propício: “Não tem razão. Tudo o que aí está escrito é a verdade. Como Paysandú, também São Francisco era um posto, e alguém tinha de ficar nele. Fiquei eu, cumprindo a ordem que tive. Não

percamos tempo com estas pequenas cousas. São ninharias. Meus amigos estranharam ver meu nome lembrado em último lugar na Ordem do Dia. Por quê? Todos não podíamos ser colocados em primeiro. Alguém tinha que ficar por último. Fiquei eu... mesmo porque estava a légua e meia distante de Payssandú.”³

Ressalto, também, por oportuno, o seguinte trecho da Ordem do Dia do Marechal João Propício, ao lhe entregar o comando do Exército Imperial, para lembrar que a despeito das querelas políticas, os homens de armas tinham seus códigos de valores: “Servindo-me da autorização que Sua Majestade, o Imperador, houve por bem conceder-me, faço hoje a entrega do Comando-em-Chefe do Exército ao Exmo. Sr. Brigadeiro Manoel Luís Osório, cuja aptidão e antecedentes são por demais conhecidas dos nossos companheiros d’armas... Qualquer que seja o vosso destino acompanhar-vos-ei com o meu pensamento, esperando que os vossos triunfos sejam o fruto de tantos esforços, sacrifícios e abnegação.”⁴

Osório assumiu o comando enfermo (1º de março) e com a tropa em condições muito precárias. Reproduzo partes do ofício dessa data⁵, que dirigiu ao Marechal de Campo Visconde de Camamú, Ministro e Secretário dos Negócios da Guerra.

“Ilmo. e Exmo. Sr.:

Recebi o Aviso de V^a. Ex^a. de 22 de fevereiro último, em que de

ordem de Sua Majestade Imperial me recomenda informá-lo, por todas as ocasiões que tiver, das ocorrências que se derem neste Exército, inclusive sobre o seu estado sanitário. Vou cumprir esta ordem, como me é possível, porque assumindo hoje, às 10 horas da manhã, ainda não me foram apresentados os arquivos das repartições do Ajudante e do Quartel-Mestre, em razão de se achar o meu antecessor na cidade de Montevideú e eu neste acampamento do Cerro, com a Artilharia e a maior parte da Infantaria. O meu antecessor comunicou-me em ofício de hoje que já foram dirigidos à V^a. Ex^a. os mapas a que também se refere o Aviso de 22 do mês findo.

O estado sanitário do Exército nem é mau nem se pode considerar bom, porque a estação calmosa, a violência das marchas que temos feito há 3 meses, a seca que tem havido na campanha, e por isso as más águas que o Exército tem se servido, hão produzido disenterias em grande número de praças, mal que hoje diminuiu, mas foi substituído por febres mais ou menos perniciosas, tendo aparecido alguns casos de tifo. Doentes destas enfermidades dificilmente são tratados com proveito em marcha. É mesmo de esperar que dos 6 batalhões ultimamente reunidos ao Exército, e cujas praças devem estranhar o clima, venhamos a ter brevemente grande número de doentes. ...As 4 Brigadas de Cavalaria protegidas por um Batalhão de Infantaria estão em marcha para o

rincão do Albano, em Santa Luzia, com o fim de colocarem ali, em bons pastos, as cavalcadas e os bois que nos restam em muito mal estado, por magros, indo comandando essa força o Brigadeiro José Luís Mena Barreto. A Brigada Ligeira do General Souza Neto anda pelos lados da fronteira do Jaguarão perseguindo forças de cavalaria inimigas que por ali atuaram e se passaram para o lado de cá. Este Exército, para chegar a este ponto, com a brevidade que o fez, estragou todos os meios de mobilidade, estando portanto a sua cavalaria a pé, em parte, e em mal estado o resto da cavalcada e os bois que serviam para o transporte e para a Artilharia, quando esta multiplicou o seu número de bocas de fogo e acessórios correspondentes. As providências que havia tomado meu antecessor para a remonta do Exército ainda não surtiram efeito, porque as surtidas da cavalaria inimiga nas campanhas pôs obstáculo a que pudessem vir cavalos do Rio Grande e de Corrientes, e as providências que a respeito começo a tomar não sei se irão se ressentir do mesmo estorvo. O certo é que esse Exército está sem meios de mobilidade, e que para mais prontamente mudar este estado seria preciso recostar-se ao Rio Negro ou passá-lo para cobrir o trânsito desses cavalos. Entretanto, não me parece conveniente abandonar Montevideú a seus próprios recursos, que, aliás, não sobram, contra um inimigo tenaz ainda em campo.

Por outro lado, não sei quais as intenções do Governo quanto às

operações que se devam seguir e quando, porque isso é que pode determinar a posição conveniente do Exército, depois de haver os meios de mobilidade.”

Abro um parêntese para lembrar que o Governo do Brasil, em janeiro de 1865, logo após os traiçoeiros ataques que deflagraram a guerra, preocupou-se com a elaboração de um Plano de Operações contra o Paraguai. Tasso Fragoso registra em sua **História da Guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai**⁶ a consulta feita ao Marquês de Caxias e o seu relato sobre o fato, feito já terminada a guerra, na tribuna do Senado, em 17 de julho de 1870. Relatou Caxias:⁷ “Apenas chegou aqui a notícia dessa declaração (a da guerra contra o Paraguai), fui procurado pelo nobre Ministro que então dirigia a repartição da Guerra. Disse-me S^a. Ex^a. que, tendo de organizar o exército que devia marchar para o Paraguai, via-se embaraçado acerca das providências que cumpriria tomar o quanto antes. Conquanto fosse o nobre ex-Ministro, como todos reconhecessem, um homem de inteligência, engenheiro abalizado, não tinha, contudo, prática de organização de exércitos; não conhecia o pessoal de nossas forças; não sabia ainda qual o material existente nem o necessário para a guerra que íamos empreender; e, pois, exigia de mim que em tudo o coadjuvasse.

Escusado é dizer, sr. Presidente, que me pus imediatamente à disposição deste nobre Ministro que,

como o Senado já deve saber, era o honrado sr. Beaurepaire Roham.”

O Ministro endereçou-lhe quatro quesitos (a 20 de janeiro), que foram respondidos cinco dias depois. Foram eles:

1. A que número de praças das diferentes armas deveremos elevar nosso exército, em relação à guerra com o Estado do Paraguai?

“É minha opinião que o nosso exército deve ser elevado, quanto antes, a 50.000 homens, sendo 35.000 de infantaria, 10.000 de cavalaria e 5.000 de artilharia; devendo-se desta força empregar 45.000, das três armas, em operações contra o Paraguai, ficando 5.000 como reserva nas Províncias de Santa Catarina e Rio de Janeiro.”

Observação: Em março de 1864, antes da intervenção no Uruguai, os efetivos das nossas Forças Terrestres, segundo J. B. Magalhães⁸, era de 18.320 homens, espalhados por todo o território nacional.

2. Quais os recursos que devemos lançar mão para que esse exército possa se organizar com presteza?

“Parece-me que o mais eficaz e certo é recorrer à Guarda Nacional de todo o Império, tirando dela, em proporção de sua força, as praças de pré que forem precisas para completar os corpos de 1ª linha, que deverão ser elevados ao número marcado no plano que já tive a honra de remeter à V^a. Ex^a., criando-se,

além disso, corpos provisórios de Voluntários da Pátria da mesma força e organização, nos quais poderão admitir oficiais da Guarda Nacional, com exceção dos majores, ajudantes e quartéis- mestres, que deverão ser tirados da 1ª linha, que virão ali servir, nesses postos, como instrutores.”

Observação: A Guarda Nacional, instituída em 1831, durante a Regência, tinha um efetivo de cerca de 440 mil homens e era subordinada ao Ministério da Justiça.

Qual o melhor Plano de Campanha a adotar-se para assegurar o triunfo das nossas armas?

Notas

¹ Duarte, Paulo de Queiroz, “Os Voluntários da Pátria na Guerra do Paraguai”, Bibliex, 1983.

² Osório, Joaquim Luís e Osório Filho, Fernando Luís in “História do General Osório”. Typografia do Diário Popular. Pelotas. RS. 1915.

³ “História do General Osório, 2º V, p. 13.

⁴ Ibidem, 2º V, p. 13.

⁵ Ibidem, 2º V, p. 38.

⁶ Tasso Fragoso, Augusto. **História da Guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai**, Imprensa do Estado-Maior do Exército. Rio de Janeiro. 1934. 2º V, p. 4.

⁷ Ibidem, p. 274.

⁸ Magalhães, J. B. in **Evolução Militar do Brasil**, Bibliex, 1958, p. 308.